

A DOCENCIA INCLUSIVA/EXCLUSIVA, NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO BILINGUE DA UFPB, CAMPUS IV.

¹Lima, Maria Manuela Costa; Santos, ²Jailza da Silva; ³Silva, Davi Lima da; Santos, Milenia da silva; Maciel, Saulo Emmanuel Vieira.

¹ Universidade Federal da Paraíba, manuelacostta@hotmail.com; ²Universidade Federal da Paraíba, izza05@live.com; ³Universidade Federal da Paraíba, manuelacostta@gmail.com; ³Universidade Federal da Paraíba, davi_lima_silva@outlook.com; Universidade Federal da Paraíba, mileniart@hotmail.com; Universidade Federal da Paraíba.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de discorrer sobre o tema inclusão na docência superior de secretariado, surgiu o objeto de estudo deste trabalho, o objetivo de pesquisar sobre o referido tema, não com os docentes mas com o aluno deficiente principal beneficiado ou prejudicado com a prática docente, buscou-se através de suas respostas analisar a prática docente inclusiva no curso de Secretariado Executivo Bilíngue do Campus IV da UFPB, investigando quais as principais barreiras, quais as melhorias sugeridas, sua visão de docência inclusiva, como é ser preparada para o mercado profissional de Secretariado sendo deficiente. Este estudo se justifica pela relevância de seu tema para área docente secretarial, pois busca relatar de forma explicativa e avaliativa a prática docente sob a ótica de uma acadêmica portadora de baixa visão. O texto foi construído por uma base teórica sobre o tema e uma entrevista com a estudante de secretariado, questionando-se se a docência superior está despreparada ou preparada para inclusão. Mesmo nos dias atuais, com a tecnologia facilitando os processos de ensino se conclui que mesmo com os apoios tecnológicos e de monitoria para auxílio deste público, a prática docente é um processo de trocas de conhecimentos entre indivíduos, e está troca só acontece se ambos os lados estiverem cientes e utilizando de todos os meios necessários para efetividade da troca de saber. Busca-se entender o que se faz necessário adotar, para ter em sala de aula, práticas docentes diferenciadas para todos os presentes, para que o estudante com necessidades especiais venha a se sentir de fato incluído. Mais que um transmissor de conteúdos e técnicas, ao professor, faz-se necessário ter um olhar mais humanizado e empático, buscar na prática docente inclusiva um estímulo para aderir a novas didáticas ou mesmo se especializar na área. O texto faz uma sondagem na teoria da docência inclusiva a nível superior, explicita a docência secretarial inclusiva/exclusiva na visão de uma Aluna com baixa visão na entrevista.

METODOLÓGIA

A metodologia deste estudo consiste num conjunto de métodos e técnicas que buscam tornar possível responder à questão da pesquisa, a qual trata de analisar a opinião de uma aluna com baixa visão, acerca da prática docente inclusiva no curso superior de secretariado na UFPB campus IV, para embasamento teórico exploratório inicial, usou-se como fontes de embasamento: artigos eletrônicos, livros e revista, tais fontes possibilitaram uma maior familiaridade com o tema estudado, pois segundo Mattar (2001), tal método disponibiliza uma versatilidade para o pesquisador, a usada neste estudo considera o levantamento de experiências, estudos de casos selecionados e observação informal. Após leituras, que serviram como fonte de inspiração para elaboração do questionário a ser aplicado na entrevista com a referida estudante. Segundo o autor Malhotra (2001), de uso em situações de estudos nas quais faz-se necessário uma definição mais precisa do problema proposto, na pesquisa exploratória geralmente a amostra de sua pesquisa é de pequeno número a análise dos dados da amostra é realizada de forma qualitativa, finalizando o teor metodológico deste trabalho recorre-se a Zikmund (2000), que ressalta que os estudos exploratórios, são úteis em situações de pesquisa onde faz-se necessária a exploração de alternativas ou descobrir novas idéias. De análise embasada na metodologia qualitativa o estudo se embasa nas referências de Gil (1999), que ressalta que o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações com os diferentes fenômenos que se relacionam com ela.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A DOCÊNCIA INCLUSIVA A NÍVEL SUPERIOR

A Lei Diretrizes Bases garanti a formação dos professores com indicações para a sua formação inicial (Art. 62), garantindo assim os acessos dos que precisam de um ensino diferenciado na fase fundamental e média para então poder competir por uma vaga na educação superior, e formação continuada (Arts. 1, 67, 80, 87) e, especificamente ao atendimento às pessoas com deficiência, salientando que é necessário olhar para docência inclusiva a todos os níveis educacionais, pois os limites antes não extrapoláveis, hoje estão ultrapassados e os deficientes mesmo com suas deficiências ganham a cada dia mais espaços e menos limites, sendo assim faz-se ter "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns" (Art. 59).

É um tipo de política pública que abrange mais que a técnica docente, a inclusão destes indivíduos no universo universitário, deve tocar a todos e mobilizar a toda comunidade universitária, afinal estamos falando de um indivíduo que necessita de apoio, pode-se notar que o acesso ao Ensino Superior está cada vez mais possível para portadores de deficiências e que apesar de todas as discussões as cotas para pessoas portadoras de deficiência nos processos seletivos garantem a cada dia mais, o ingresso de mais indivíduos que necessitem deste fazer docente diferenciado e da humanização coletiva da comunidade universitária. MAIOLA(2008,P.84) diz que,

(...)inclusão consiste na garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, a qual deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

O olhar diferenciado para prática docente superior, é importante pois é através dela se adquire as técnicas para atuar no mercado de trabalho, e a transmissão das técnicas para capacitar estes indivíduos para o mercado de trabalho escolhido, devem ser estudadas e compartilhadas com zelo, segundo MAIOLA(2008,P91)

Promover a inclusão de todos em qualquer instância acadêmica pode fortalecer as discussões sobre qualidade de ensino, bem como suas metodologias, recursos, currículos e avaliações, de modo a pensar e agir a partir de um contexto plural e diverso. A universidade que tem consciência dessa diversidade poderá favorecer todos, tanto na qualidade do seu ensino quanto na contribuição social ao meio onde está inserida.

Ainda que dotada de recursos tecnológicos e financeiros, faz-se necessário pensar a docência inclusiva com cuidado, é necessário colocar-se no lugar do educando e pensar no que é melhor para ele e para os demais estudantes, segundo (BRASIL, DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1996). “A Universidade, ainda que com as suas idiossincrasias próprias, terá que refletir “à luz do dia” sobre as suas dificuldades pedagógicas e de consumação de uma política inclusiva”. Incluir não é apenas garantir auxílios permanências, monitores ou apoiadores e recursos tecnológicos mais é saber fazer uso de todos estes recursos para proporcionar a todos um ensino eficaz.

O CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO BILÍNGUE DA UFPB

Com um público docente formado por vinte e seis profissionais das diferentes áreas que compõe a grade curricular do curso de Secretariado Executivo Bilíngue na UFPB, o curso é direcionada a,

Formação de profissionais bacharéis com competências para promover e participar da melhoria do processo de gestão e desenvolvimento das Organizações Públicas e Privadas, na busca do aumento de produtividade e competitividade e aptos a atuar no mercado altamente competitivo e em constantes transformações como: Assessor Executivo, Gestor, Consultor e Empreendedor.(CCAUE, UFPB)

Quando aborda-se a prática docente inclusiva, SÁ, CAMPOS e SILVA (2007,P.13)dizem ser necessário “criar, descobrir e reinventar estratégias e atividades pedagógicas condizentes com as necessidades gerais e específicas de todos e de cada um dos alunos” . Cada vez mais deficientes ingressaram no ensino superior pois de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: “[...] para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida [...]” (ONU,2006)apud (BRASIL, 2016) ,sendo assim a docência superior deve esta especializada pra atuar de forma diferenciada, incluindo e garantindo o acesso ao conhecimento a todos.

Segundo a (Revista Inclusão, p. 15) apud BRASIL (2016,p.11) educação especial inclusiva e acessível é definida como uma modalidade de ensino que, “ perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”.

Sobre o perfil do profissional de Secretariado que os docentes devem formar, o site do Curso diz que:

ensejar a formação com sólidos domínios acadêmicos, científicos e tecnológicos de seu campo de atuação, competente para assessorar a instituições em suas relações nacionais e internacionais, apto ao eficaz desempenho de múltiplas relações de acordo com as especificidades da organização, gerenciando informações e comunicações internas e externas. .(CCAUE, UFPB)

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba é uma assessoria especial vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria. Que visa garantir a acessibilidade e inclusão do portado de deficiência, foi criado oficialmente no dia 26 de novembro de 2013 através da Resolução nº 34/2013 do Conselho Universitário (CONSUNI):

A redefinição da educação especial, em consonância com os preceitos da educação inclusiva, tornando-se modalidade que assegura acessibilidade, constituem os principais fatores que impulsionam importantes transformações nas práticas pedagógicas, visando garantir o direito à educação das pessoas com deficiência, desde a Educação Infantil. (BRASIL, 2016, p.46)

A Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, e a existência de um Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) oferecem vários suportes no âmbito acadêmico aos portadores de deficiência e buscam zelar pela integridade física e psicológica dos usuários, além de mobilizar a todos os grupos da comunidade universitária, realizando:

Encaminhamentos que o Comitê pode fazer para outras especialidades médica; as redes de apoio que existem dentro da instituição, como o Nedesp, o setor Braille, a Pró- Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante - Prape que conta com suporte auxílio alimentação e moradia, entre outros. (CIA, UFPB. p.7)

O curso de Secretariado da UFPB, conta no seu quadro de discente com uma aluna deficiente visual, portadora da Baixa Visão, de acordo com o Censo da Educação Superior MEC/INEP, em 2014, foram registradas 33.475 matrículas, sendo 13.234 em instituições públicas e 20.241 em instituições privadas, significando um crescimento de 559% do total de matrículas. (BRASIL, 2016, p. 411)

A Baixa visão, Uma pessoa com baixa visão apresenta grande variação de sua condição visual isto varia e as vezes levam leigos a pensarem que tal deficiência é momentânea ou mesmo quase imperceptível, mas condição visual do BV varia e “isto depende de fatores como seu estado emocional, as circunstâncias e a posição em que se encontra auxiliado pelas condições de iluminação natural ou artificial”, o indivíduo com BV pode ter diferentes graus de visão. SÁ, CAMPOS e SILVA (2007, P.13).

ENTREVISTA COM UMA ALUNA ESTUDANTE DE SECRETARIADO EXECUTIVO BILINGUE COM BAIXA VISÃO.

Após embasamento teórico recorreu-se ao uso de questionário aplicado diretamente a uma Aluna do curso de Secretariado com BV, com o intuito de enriquecer a pesquisa, com o estudo detalhado e aplicado diretamente na fonte. perguntou-se a estudante inicialmente:

Quais os tópicos, que você coloca como difíceis para seu processo de aprendizagem?

Aluna: Um grande desafio foi ter que participar das aulas sem ter um gravador, e a gravação

seria uma opção para poder revisar as aulas em qualquer outro lugar, já não conseguia acompanhar as atividades escritas no quadro ou expostas em slays, visto que segundo o Cia, esse gravador faz parte do material de apoio a PCD, e foi solicitado através de reunião com a equipe do cia e os alunos com deficiência no campus I, no entanto a solicitação não foi atendida. Buscou-se respostas ao responsável pelo CIA porem: De acordo com a equipe do cia, o aluno com DV, além do direito a um gravador tem também ao not book. Foi solicitado desde o inicio do apoio, para a referida aluna porem esta ainda não recebeu, mais de três anos após sua entrada no referido curso. A universidade tem seu próprio comitê de inclusão e acessibilidade para resguardar e garantir os direitos das pessoas com deficiência, porem os recursos que garantiriam e facilitariam o aprendizado deste discente ainda não faz parte de sua rotina estudantil.

Quais melhorias você apontaria como necessárias para um bom aprendizado?

Aluna: material didático específico para cada tipo de deficiência, no caso da minha áudio books, disponibilidade do acervo em forma digital, capacitação dos professores para trabalhar meio a alunos com as mais diferentes deficiências. Sofri muito em sala e isto me desmotivou demais durante a graduação, não me vejo apta a atuar em todas as áreas nas quais deveria. Como todo aluno de curso superior, a aluna sente dificuldade de assimilação do conteúdo, mas o fato de não tem acesso a base teórica dificulta ainda mais sua realidade acadêmica de aprendizado. Ela sugere a implementação do sistema virtual de material pois conta com recursos que leem o texto para ela a qualquer momento em seu próprio computador. Segundo Vygotski (1997, p. 93) afirma:

[...] O ensino ‘especial’ deve perder seu caráter “especial” e então passará a ser parte do trabalho educativo comum. Deve seguir o rumo dos interesses infantis. A escola auxiliar, criada apenas como ajuda à escola normal, não deve romper nunca nem em nada (cursivo no original) os vínculos com ela.

Quais recursos oferecidos pela UFPB para deficientes visuais você utiliza? *Aluna: Como benefícios faço uso do aluno apoiador e do prazo maior para realização das atividades acadêmica. O aluno apoiador tem a função de auxiliar, o apoiado dentro da sala de aula e nos recintos da universidade garantindo e zelando por sua integridade física, além de realizar leituras dos textos para o apoiado e o auxiliar nas atividades acadêmicas.*

Quais suas sugestões para melhoria do ensino inclusivo no curso de secretariado?

Aluna.: capacitação dos professores para receber alunos com deficiência e estudos dos melhores recursos para o ensino de alunos como eu. Nota-se que apesar do apoio do aluno

apoiador, sente-se a necessidade de uso de didáticas inclusivas na sala de aula. Sendo assim, para um ensino superior inclusivo e inserido com a interação social universitária, Carvalho (2006), sugere que: “direito à educação, à igualdade de oportunidade, escolas responsivas e de boa qualidade, direito a aprendizagem e a participação”. (Carvalho 2006, p. 2). São os princípios fundamentais e necessários a um sistema inclusivo de fato.

Como você avalia sua formação, para atuação como secretária ao final do curso? *Aluna: Boa, mas poderia ser melhor, melhorar o aprendizado de idiomas e Informática vai ser algo que farei pois tinha dificuldade de acompanhar as aulas, e agora já acabaram-se as disciplinas.* Nota-se que a referida aluna sairá do curso para o mercado de trabalho com uma formação com lacunas, assim como seus professores tem atuado de forma incompleta esta também sairá do curso com lacunas para executar as competências pertinentes a sua profissão, o indivíduo com DV tem direito a se forma de forma igualitária como qualquer outro indivíduo. . A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) em seu artigo 59, inciso I, diz que é garantido ao aluno com deficiência: “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Avalie a prática docente: *Aluna: Transmite bem os conteúdos para os não deficientes para os deficientes é necessário mudar a forma de ensinar.* A aluna sugere melhoria para prática docente no curso de Secretariado, julgando que esta se faz de forma eficiente para não deficientes, ela diz: “mudar a forma de ensinar”, mudar a didática, a prática docente para que esta seja eficaz para todos seus estudantes não apenas para os videntes.

Quais suas Sugestões para melhorias do aprendizado/ensino? *Aluna: Ampliação do material, disponibilidade antecipada dos textos, aulas mais práticas e uso de recursos pertinentes ao ensino de pessoas com deficiência, pois para os videntes é fácil assimilação dos conteúdos ate por leitura em revistas.* Fica evidente a falta de fonte teórica para leitura individual da estudante, e ainda assim chega-se a uma solução para esta limitação que é a disponibilidade antecipada do material para reconhecimento prévio por ela.

Você considera com sua vivência diária que a UFPB campus IV, tem estrutura física para receber alunos com deficiências? *Aluna: Não, falta piso tátil, identificação das salas em braille identificação dos locais como biblioteca, sinalização entre os blocos de aula, rampas de acesso.* Mesmo sendo um campus novo entregue em 2008, este ainda está despreparado para locomoção de deficientes visuais de forma mais autônoma. . Sasaki (1997, p. 41) listas

algumas características comuns a um ambiente com educação inclusiva, segundo o autor a inclusão é: “(...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção de cursar um curso superior e de trabalhar na área escolhida é individual, porem quando se leva em conta que pessoas com deficiência precisam de necessidades especiais e de formas diferentes de ensino, o estudo mostra que resguardados por leis e estatutos internos o aluno com deficiência da UFPB tem de certa forma apoio tecnológico e de materiais, os quais serão disponibilizados com muita persistência e auto confiança pois a referida estudante com mais de três anos de estudo na instituição ainda não possui gravador nem notebook disponibilizados pela instituição, para auxiliarem seu aprendizado. Após diálogo com a estudante percebeu-se que faz se necessário aos docentes do curso atentarem se ao fato de que é necessário repensar seus métodos de ensino e utilizarem de novos recursos didáticos para auxiliarem o aprendizado do estudante com BV. Segundo RODRIGUES (2004,P.2) “o processo de inclusão é determinado pela interação entre as variáveis individuais e as do envolvimento”, no caso o envolvimento da prática docente ao olhar de uma aluna com baixa visão futura profissional de secretariado esta quase que inexistente no quadro de docentes do curso de Secretariado.

A pratica docente no curso deixa a desejar por não ser inclusiva e não possibilitar ao estudante com Baixa Visão, o mesmo grau de aprendizagem dos demais em sala de aula sendo necessário que ela recorra a outros métodos para fixação do conteúdo e uma melhor aprendizagem. Ter um aluno com deficiência no curso de secretariado não induz o docente a ser mais flexível com os conteúdos a serem transmitidos, é um fato que deveria instigar estes profissionais a estudarem e especializarem suas práticas docentes de forma que todos os discentes adquiram o conhecimento pelos mesmo meios.

A aprendizagem e a avaliação, não devem ser facilitadas pelo docente, é necessário incluir o deficiente de forma que este se sinta sem limitações pois é graças a limitações que ele se sente diferenciado, usar da empatia e reavaliar os métodos e práticas docentes, buscando formar a todos da mesma maneira e com o mesmo propósito, exercer a profissão de Secretariado com zelo, competência e eficácia.

Chegando a conclusão que a prática docente no curso deixa a desejar por não ser inclusiva e não possibilitar ao estudante com Baixa Visão, o mesmo grau de aprendizagem dos demais em sala de aula sendo necessário que ela recorra a outros métodos para fixação do conteúdo e uma melhor aprendizagem, o déficit de aprendizagem em sua formação deixara lacunas no desempenho de suas funções enquanto profissional de secretariado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília – DF, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1996

BRASIL. Lei 9394/96: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004, 175 p.

CIA, UFPB. Apresentação disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/menu/apresentacao> acesso em 2 de junho de 2017.

MAIOLA, Carolina dos Santos. PUNTO DE VISTA, Florianópolis, n. 10, p. 79-93, 2008
Inclusão na Universidade sob a ótica dos acadêmicos com necessidades especiais: possibilidades e desafios Fabiana Boos2 Julianne Fischer
ile:///C:/Users/silva/Downloads/20448-64995-1-PB.pdf.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001. M

UFPB, A CONSOLIDAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL 2003 a 2016. disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/a-consolidacao-da-inclusao-escolar-no-brasil-2003-a-2016.pdf> acesso em 21 de junho de 2017.

CCAIE, UFPB. Sobre o Curso 2016 Disponível em: <http://www.ccae.ufpb.br/secretariado/contents/paginas/sobre-o-curso> acesso em 23 de junho de 2017.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis:
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. H

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de
Janeiro: WVA, 1997..

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas V – Fundamentos de defectología**. Madrid: Visor,
1997.

ZIKMUND, W. G. Business research methods. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.